

GIAMBERARDINO, A. Colonialismo e Teoria Geral do Direito: diálogos com a história do Brasil a partir da vida negada. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, América do Sul, n.43, 8/ 01/ 2007.

HEREDIA, B.M.A. de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MONTORO, A.F. Introdução à ciência do direito. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2005.

SABADELL, A.L. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SANTOS, B. de S. **O discurso e o poder**: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Fabris, 1988.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4. ed. São Paulo: Editora Polis, 1985.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOLKMER, A.C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

AUTOCONSUMO NUM ASSENTAMENTO RURAL: SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA EM DEBATE A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

*Henrique Carmona Duval¹
Norma Felicidade L. S. Valencio²
Vera Lúcia S. Botta Ferrante³*

Resumo: A reforma agrária faz surgir uma nova categoria social – dos assentados rurais – e ocasiona a formação de mosaicos na paisagem, podendo modificar o espaço das monoculturas. Esta reconstrução sócio-espacial se traduz, nos assentamentos rurais, na reterritorialização do agricultor, que pelo resgate do seu habitus cultural volta a produzir ao menos uma parte do autoconsumo alimentar. Todavia, a fixação no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e o enreda na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra. Este artigo discute, em meio a esta problemática contraditória, a agricultura voltada ao autoconsumo alimentar em consideração aos aspectos culturais e a alguns princípios agroecológicos. A possibilidade de que os assentamentos podem ser locais para a garantia da segurança alimentar, por parte da população beneficiada pelo programa de reforma agrária é discutida em âmbito interno (individual/familiar e comunitário). Retoma-se, ao final, que com o apoio de políticas municipais voltadas a este tipo de produção (de alimentos), pode ser configurada uma estratégia de desenvolvimento rural frente à invasão da cana nos lotes agrícolas. Além de que, a própria segurança alimentar aferida para os assentados pode chegar à cidade, modificando hábitos e interferindo no mercado de preços.

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar e Bolsista de Apoio Técnico - Nupedor.

² Professora do Departamento de Sociologia, orientadora do PPG em Sociologia e do PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professora colaboradora do PPG em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos.

³ Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e coordenadora do Nupedor.

Palavras-Chaves: Reforma Agrária; Autoconsumo; Segurança Alimentar; Agroecologia; Desenvolvimento.

Apresentação

O presente ensaio é parte de uma pesquisa originada no interior do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), que resultou no projeto de mestrado *Segurança Alimentar no Âmbito de um Assentamento Rural: desafios da produção de autoconsumo frente aos pressupostos agroecológicos e às mudanças climáticas*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – CCA/UFSCar.

Neste projeto, tem-se como universo empírico o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região de Araraquara-SP, cuja caracterização é feita no âmbito da problemática da segurança alimentar e das práticas produtivas dentro dos preceitos agroecológicos. O tema da segurança alimentar será apresentado sucintamente, imbricando sua aparição, no cenário político brasileiro, não apenas ao reflexo das preocupações de diferentes atores sociais e áreas de conhecimento, mas sobretudo ao campo da agroecologia, onde se relaciona aos desafios de soberania alimentar.

Os projetos de desenvolvimento rural empreendidos na atualidade, mormente em assentamentos rurais, é aquilo que pode promover a interface entre segurança alimentar e soberania alimentar uma vez que transcende o debate em torno da qualidade e da quantidade dos alimentos que serão produzidos para colocar a reforma agrária e a agricultura familiar como meios de se atingir os objetivos comuns.

Em vista disso, após breves considerações teóricas para compor o campo do estudo, procura-se dar foco, no assentamento rural investigado, às práticas produtivas para fins de autoconsumo alimentar e seus desdobramentos na produção social do lugar. As conclusões apontam para evidências de que a produção do autoconsumo em assentamentos rurais pode tanto açambarcar aspectos de segurança alimentar quanto balizá-lo por princípios agroecológicos. Contudo, há que se considerar que o modelo produtivo e fundiário macroenvolventes - a monocultura canavieira, em processo de expansão através do sistema de arrendamento de terras - é um fator que se interpõem às práticas supracitadas.

Os dados empíricos ora apresentados são frutos do trabalho de campo empreendido pelo primeiro autor no projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência* (2004-2007), desenvolvido pelo Nupedor – Uniara e Unesp-Araraquara e coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante. Neste projeto, foi feita uma atualização do perfil

das famílias dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, ambos inseridos na região de Araraquara-SP, a partir de uma amostragem de 10% das famílias residentes. A opção metodológica por um roteiro de entrevista semi-estruturado abriu a possibilidade para se obter dados estatísticos e também qualitativos, cuja análise integrada, numa abordagem sociológica, se centrará na noção bourdieuniana de habitus.

Introdução

Numa sociedade caracterizada por profundas desigualdades distributivas, o tema da segurança alimentar deve atrelar-se ao de soberania alimentar, assim como sugere Whitaker (2008). Trata-se não apenas de um contraponto econômico à produção de grande escala que orbita numa cadeia multinacionalizada, mas um contraponto político que, conforme Altieri (2002), está na autonomia de decidir acerca do que será plantado e de que maneira, deliberação que se inicia na família rural que produz seu alimento e se estende a ações públicas que visem as demandas do abastecimento local.

A perspectiva de que a segurança alimentar possa ser obtida pelo reordenamento agrário e pelo acesso a terra para famílias que almejam uma vida num assentamento rural, através das produções que elas fazem com o objetivo de autoconsumo familiar, é observada no assentamento rural Monte Alegre, na região de Araraquara, interior paulista. Tal perspectiva toma em consideração que a retomada do meio de produção fundamental do agricultor, a terra, deflagra a retomada da memória de seu *habitus* cultural cujo valor, desde aí, desencadeia o refazimento das práticas de comer o alimento ‘do suor’ de seu trabalho direto.

O município de Araraquara está localizado numa das regiões de agricultura mais modernizada do país, voltada principalmente à produção sucroalcooleira, a qual tem induzido médios e pequenos produtores rurais, incluindo-se os assentados, a passarem à condição de arrendatários da cana, colocando em risco a diversidade agrícola e a produção local de alimentos. O uso do espaço agrícola no município tem servido a este propósito em detrimento da soberania alimentar seja dos assentados ou do abastecimento local.

O assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos de assentamentos em Araraquara e ainda com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. Em torno de 400 famílias vivem nestes núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas. Os principais anos de ocupação dos lotes foram 1985-86, seguidos pelo período entre 1991 e 1994 e, por último, em 1997-98.

A grande maioria dos assentados, de origem e trajetória rural, provém

do assalariamento rural em cidades do entorno, basicamente voltado para o corte de cana e colheita da laranja. A fazenda Monte Alegre caracteriza-se pelo solo ácido, que foi submetido a quarenta anos de exploração de eucalipto, num primeiro momento, seguido pela Fepasa (Ferrovia Paulista S.A.) e, posteriormente, pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora). A madeira da fazenda, quando da implantação do assentamento, tinha como destino a produção de celulose para empresas privadas.

A luta por esta terra foi encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, que organizou centenas de trabalhadores volantes que vinham sofrendo com a precarização das condições de trabalho nas colheitas sazonais da região (BARONE, 1999). O assentamento foi, por fim, criado sob a responsabilidade da Fundação Itesp, antigo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo). Está localizado na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois últimos são municípios bem menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre os assentados. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares⁴.

O uso desta fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e celulose para empresas privadas para ser o local de moradia de centenas de famílias. Estas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento de seus próprios alimentos e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhe devolver a um trabalho digno.

Embora a transformação da fazenda em núcleos de assentamento seja um contraponto à estrutura agrária da região, os assentados desde logo se deram conta que seu modo de vida teria que lidar com a lógica produtiva envolvente. Se viram em meio a um mar de cana. Como estratégias de sobrevivência no assentamento, visando a obtenção de renda monetária, muitos deles tiveram que recorrer ao plantio de cana. Desde 1991, propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados foram lançadas por diversos atores regionais. A discussão ficou polarizada, por um lado, pelos órgãos gestores (Itesp e Incra) e assentados contrários ao plantio da cana e, por outro, por prefeitos, usineiros e (posteriormente) alguns assentados favoráveis aos consórcios. As propostas, ao longo do tempo, foram se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria.

⁴ Além do lote agrícola, geralmente as famílias têm casas na agrovila, mais chamado por nós de lote de moradia. Cada núcleo da fazenda Monte Alegre tem uma agrovila, com exceção do núcleo 6, no qual as famílias moram obrigatoriamente no lote de produção. O lote de moradia tem área um pouco menor a 1 ha.

A falta de um projeto continuado de desenvolvimento aos assentados, voltado para sua autodeterminação, gerou um quadro de endividamento e desistências em permanecer na terra, motivo para que muitos deles se convencessem de que a cana seria a única solução para a continuidade destes assentamentos⁵. Muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente até que, em 2002, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual.

Desde então, os assentados da fazenda Monte Alegre passaram a assinar contratos de cinco anos com usinas do complexo canavieiro local na condição de fornecedores de matéria-prima⁶. Atualmente, dos 366 lotes do assentamento Monte Alegre, estima-se que 280 têm aproximadamente 50% de suas áreas cobertas com a cultura de cana-de-açúcar. Nos primeiros anos, a iniciativa ganhou destaque, visto o número de adesões que teve e a boa renda média gerada pelas famílias. No entanto, em 2007, já foi possível perceber um efeito negativo para os assentados: na safra 2005-2006, o preço da tonelada da cana chegou a R\$ 60,00 e na safra seguinte caiu a R\$ 28,00⁷. Muitos quiseram deixar de produzir a cana, mas o formato do contrato obrigou-os a permanecer no cultivo desta cultura ainda que sem o retorno devido. Existem casos de assentados que recorreram a financiamentos específicos da agricultura familiar (Pronaf) para cobrir custos com a manutenção dos canaviais da usina plantados, em sistema de parceria, em suas terras. Um assentado que plantava a cana chegou a entrar com ação judicial para sair da parceria, pois passou a ter que pagar para plantá-la.

Além das adversidades econômicas, há as de caráter ambiental. A quantidade considerável de insumos químicos utilizada nas lavouras e as queimadas nos canaviais têm sido fatores deletérios tanto aos que cultivam a cana quanto aos que não a cultivam e convivem com o efeito de vizinhança.

Se as parcerias com agroindústrias mostraram aos assentados seus resultados controversos, a alternativa dos dois programas municipais voltados à produção de alimentos foram mais alentadoras. Embora tais programas

⁵ A história do assédio do complexo agroindustrial canavieiro nestes assentamentos é profundamente discutida nos seguintes trabalhos: Ferrante, 1994 e Ferrante e Santos, 2004.

⁶ O mesmo tem ocorrido no assentamento Bela Vista (de responsabilidade do governo federal): dos 176 lotes agrícolas, estima-se que em apenas 12 não têm cana voltada à cadeia agroindustrial. Neste outro assentamento, o plantio tem-se dado de forma irregular, não autorizado pelo Incra, motivo para que, em dezembro de 2007, 11 famílias sofressem ação judicial para a reintegração de posse de seus lotes, causando grande conflito na comunidade (incluindo quebra de laços comunitários, violência física e ameaças de morte) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

⁷ Os valores mencionados se referem ao valor bruto recebido pela produção.

existam desde 2002, ainda encontram-se em situação embrionária pela baixa participação dos assentados. São eles: o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos (de segunda a sábado, no terminal de integração dos ônibus urbanos, e aos sábados, em uma feira na região central da cidade) e o Programa de Aquisição de Alimentos, uma ação municipal em parceria com o governo federal. Estes programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar: no primeiro, tem sido possibilitado o acesso a alimentos mais baratos pela venda direta em pontos estratégicos, onde circulam pessoas que usam transporte coletivo voltado para todos os bairros da cidade. No segundo, a prefeitura compra os alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos, e para o restaurante popular. Em torno de 40 famílias assentadas participam, com regularidade, em ambos os programas.

Mais do que gerar renda aos assentados, a inserção dos alimentos produzidos em assentamentos rurais para as demandas sociais no município de Araraquara age como uma estratégia de visibilização e reconhecimento público de seu esforço, colaborando para desfazer preconceitos. Porém, os mecanismos para permitir a entrada direta de suas produções no comércio local ainda não têm logrado o sucesso esperado. Por isso, a importância do fortalecimento das políticas públicas que envolve o poder local (prefeitura e secretarias municipais), órgãos gestores, os assentamentos e consumidores urbanos em torno do programa Direto do Campo, comprometidos com os princípios de segurança alimentar (KURANAGA et. al., 2007).

Os programas supra indicam inovações na gestão municipal em relação aos assentamentos, e desses com suas práticas produtivas, adotando os princípios agroecológicos (cf. ALTIERI, 2002). E, além, permite considerar não apenas as repercussões junto às partes diretamente favorecidas, mas no macrorrecorte da região araraquarense que passa a ter um exemplo bem sucedido do entremear de soluções visando a reforma agrária e a soberania alimentar no nível local.

Segurança Alimentar

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental à vida humana – o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e/ou inconstância do abastecimento no mercado interno. Neste contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de redução de tais riscos.

Para a FAO, existem quatro atributos básicos da disponibilidade de alimentos, a saber: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. Quanto aos dois primeiros, referem-se ao acesso a alimentos pela população, em sua totalidade, de forma suficiente e permanente. Quanto à autonomia, acredita-se em duas esferas. Uma, é a de que um país seja capaz de suprir seu abastecimento sem depender de importações de alimentos básicos, o que é o mesmo objetivo de cada região deste país, valorizando-se para isto suas próprias características culturais, ecológicas e econômicas. Já quanto à sustentabilidade, acredita-se que a agricultura deva dispor alimentos à população sem causar o ônus da degradação ambiental que os modelos agrícolas convencionais foram responsáveis. Para tanto, dar ênfase à agricultura familiar e ao abastecimento interno são vias principais de consecução com cuidado dos recursos naturais fundamentais à garantia da lavoura, como a manutenção da qualidade do solo e dos mananciais.

A versão latino-americana de segurança alimentar da FAO prioriza que os países deste continente sejam capazes de se auto-abastecer individualmente, além de conchamar a que se facilite o acesso aos alimentos para quem tem renda insuficiente para se alimentar adequadamente por via das relações de mercado. Num país como o Brasil, que tem muita facilidade para a produção agropecuária (suficiência de alimentos), mas profundos problemas quanto à distribuição da riqueza (insuficiência de renda), o problema é menos a disponibilidade dos produtos que as condições de seu acesso pelos grupos empobrecidos (MALUF et al., 1996).

A discussão em torno da segurança alimentar no Brasil se desenvolveu principalmente a partir de 1991, quando a então oposição política (o Partido dos Trabalhadores – PT) reconheceu que o problema da fome estava vinculado a problemas estruturais da economia, isto é, do modelo de desenvolvimento em curso. O tema começou a ganhar notoriedade no cenário político, passando a ser pensado, discutido e posto em prática também por outros segmentos da esfera política e da sociedade em geral (PESSANHA, 2002). Na arena política, o debate foi puxado pelo PT como partido de oposição (ou Governo Paralelo), que reclamava os direitos básicos das camadas mais atingidas pela miséria e pela fome.

O documento Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborado em 1991, identificou que as situações de insegurança alimentar imbricavam insuficiência de acesso aos alimentos e irregularidade do abastecimento do mercado interno, mas tinha como pano de fundo os olhos do Estado voltados muito centralmente para o modelo agroexportador, cego para as outras questões que afligiam um contingente expressivo da população (PESSANHA, 2002). Estava-se diante de um quadro de incentivos e políticas públicas no qual tudo caminhava para a suficiência na produção de alimentos, mas para a insuficiência

de renda dos estratos inferiores da sociedade. O modelo agroexportador de desenvolvimento rural brasileiro vinha constituindo uma cadeia produtiva de commodities que pouco priorizou o abastecimento interno, já que seu escopo era as melhores oportunidades no mercado global. As conseqüências disso foram um país com um contingente de 30 milhões de pessoas forçadas a deixar o meio rural – pelo padrão concentrador da terra – e, no mínimo, 32 milhões de pessoas que passavam fome, enquanto que, contraditoriamente, o PIB brasileiro contava com uma fatia de 40% advinda das atividades agroindustriais (MALUF et al., 1996). Notadamente, o desenvolvimento rural no Brasil fortaleceu exclusivamente o latifúndio e o modelo agrícola dos pacotes tecnológicos internacionalizados, relegando à condição de desenraizamento e miséria milhões de brasileiros, cuja cidadania erodia-se a cada dia.

No âmbito da cadeia produtiva alimentar, este período caracterizou-se como o auge do “quimismo” na pesquisa agrônômica (EHLERS, 1996), no financiamento de pesquisas ainda no lastro da abordagem da revolução verde. Oligopólios passaram a manter sob controle estrito a cadeia produtiva alimentar com os grandes laboratórios à frente, com suas patentes e com a mesma mentalidade hegemônica impeditiva de comprometer-se positivamente com a agricultura familiar.

Por isso, o documento petista supra apontava, dentre outras coisas, uma contra-proposta de desenvolvimento, com a necessidade de políticas públicas voltadas às questões de reforma agrária e desenvolvimento rural, na qual a agricultura familiar tinha destaque. Com a reforma agrária proposta, se mudaria a estrutura de posse de terra, o que resolveria questões como a exclusão social, o direito à terra, a criação de trabalho no campo e o aumento da produção de alimentos. Outro foco do documento estava na criação de empregos para as populações de maior risco alimentar nas cidades e nos campos, possibilitando a elas o acesso aos alimentos via salários.

Foi apenas no governo Itamar Franco (1993-1994) que a questão ganha espaço no âmbito político, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 1993. Neste, os principais atores que tomaram voz foram diversas agências estatais e entidades de representação civil, no intuito de coordenar ações governamentais de curto a longo prazos. Isto refletia, respectivamente, em ações políticas desde assistencialistas a novos planos de desenvolvimento.

A grande contribuição do Consea foi juntar segmentos sociais que concentraram esforços em torno da Ação da Cidadania que, em 1993, fez o Mapa da Fome no Brasil, além de outras campanhas contra a fome. Buscando debater o tema de forma ampla e publicizar para a sociedade a existência dos milhões de brasileiros em situação de miséria e risco alimentar, o Consea organizou, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em parceria com diversos representantes da sociedade civil e de diferentes esferas

governamentais. Foi em etapas preparatórias de conferências como esta, assim como nas de âmbito internacional e local, que as propostas brasileiras obtiveram o merecido reconhecimento de sua posição frente ao problema da fome – somando-se a isto, também, os resultados produzidos nas referidas conferências. Percebia-se, na atuação do Consea, um debate pautado pela multidimensionalidade do problema da fome, abarcando questões como “a reforma agrária e o desenvolvimento rural, políticas agrícolas e de abastecimento alimentar, desenvolvimento urbano, assistência social, saúde, educação, emprego e renda, participação popular e democratização da gestão, alimentação e nutrição” (PESSANHA, 2002, p. 266-267).

A resposta do setor agroindustrial à discussão ocasionada pelo Consea e pelos movimentos sociais em torno da questão da fome foi imediata. No mesmo ano de 1993, com a recente criação da Abag (Associação Brasileira de Agrobusiness), vem a primeira publicação na qual declarava ser a segurança alimentar a principal responsabilidade social do setor (NORDER, 1998). Quando passamos a analisar tal discurso oriundo do agente referido, o empresariado, identificamos tratar-se da composição de um campo no sentido bourdieuniano; isto é, de luta política e ideológica das elites com os setores populares para obtenção de investimentos públicos. Argumentavam os empresários do setor agroindustrial que, para melhorar as condições de segurança alimentar da população, era necessário fomentar a modernização agrícola nos pressupostos de grande escala, na perspectiva, assim, de aprofundar o modelo baseado nos princípios da revolução verde e na elevação da produtividade a custos socioambientais consideráveis. Uma visão economicista, numa imposição de um princípio ordenador único do meio rural ao qual os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e lideranças políticas de esquerda rejeitavam.

Atualmente, o tema da segurança alimentar vem sendo discutido no Brasil em âmbito interministerial, tratado como de alta prioridade para o governo nas duas gestões Lula. Para Maluf (1996), além da preocupação governamental, o tema foi encarado como um direito tão fundamental como a educação, a saúde e a habitação, merecendo ter uma dotação orçamentária expressiva e regular. Este autor considera ainda de vital importância que as discussões avancem para as diferenciações regionais brasileiras. Por ser um país de dimensões continentais, ao se tratar o tema da segurança alimentar devem ser destacadas as especificidades de cada região, tanto em relação às cadeias produtivas de alimentos, como aos hábitos alimentares e à diversificação produtiva.

Para Almeida et al. (2006), a segurança alimentar é um objetivo a ser alcançado no âmbito local, com o envolvimento de diversos atores que compartilham valores. O principal objetivo em compartilhar valores, como a garantia nutricional e a saúde das pessoas ou a sustentabilidade ambiental, é atender a demanda por alimentos de forma satisfatória e adequadamente ao que

é socialmente aceito como uma refeição pelas diferentes camadas populares, com respeito ao meio ambiente. Por isso, é que a atenção àqueles que estão em situação de maior risco alimentar e preocupações ambientais estão na ordem do dia de forma entremeada. Todos os setores envolvidos na cadeia produtiva e de distribuição de alimentos são co-responsáveis pela garantia da segurança alimentar – poder público, ciência, tecnologia & inovação, agricultura, indústria, serviços, comércio e consumidores – e, para os autores, valores solidários devem permear esta rede de relações.

Segurança Alimentar e Agroecologia: debate científico multidisciplinar

A discussão sobre o tema de segurança alimentar é apropriada nas diversas áreas de conhecimento e setores sociais. Trata-se, no geral, de abordagens complementares e não antagonicas, tornando o tema transversal na reflexão e na prática social.

Conforme Almeida et al. (2006), existem cinco eixos que devem ser explorados em segurança alimentar, a saber: 1) o da saúde humana (relacionado à composição nutricional balanceada); 2) o da boa higiene dos alimentos (relacionado ao controle de qualidade na produção); 3) o do respeito às dinâmicas do ecossistema natural (relacionado à evitação da contaminação de solo e mananciais); 4) o da autenticidade (relacionado à valorização dos alimentos tradicionais/regionais); e 5) o da solidariedade (relacionado à opção pelos alimentos “socialmente corretos”). Estes eixos podem ser explicitados também através dos termos food security e food safety (PESSANHA, 2002, p.280), sendo que, ao primeiro, competem questões como a oferta de alimentos e a garantia de acesso a eles e, ao segundo, questões nutricionais e sanitárias dos alimentos e conservação da diversidade genética.

Considerando-se o espectro supra, o tema da segurança alimentar passa pelas Ciências Sociais à Ciência dos Alimentos, da Engenharia Agrônômica à Saúde Pública, dentre outras, perpassando as três grandes áreas do conhecimento – Humanas, Biológicas e Exatas, assim como Altieri (2002) supõe deva ser tratado o tema da agroecologia, que, passo a passo, vai fundindo-se ao primeiro. A Agroecologia deriva da análise multidisciplinar de fatores tanto endógenos como exógenos aos agroecossistemas⁸. Os fatores exógenos geralmente são

⁸ O agroecossistema é a unidade de estudo da Agroecologia. Para Gliessman, é um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema, no qual são analisados os diversos componentes e inter-relações que os compõe (2005, p.61), por exemplo, as interações entre o conhecimento e preferências humanas com os componentes ecológicos. É determinado territorialmente, em geral por “uma unidade produtiva rural individual, embora pudesse facilmente ser uma lavoura ou um conjunto de unidades vizinhas” (2005, p.78).

objetos de estudo da Economia e da Sociologia, enquanto os fatores endógenos podem ser estudados pela Biologia, Ecologia, Agronomia e Antropologia.

Nos estudos sobre segurança alimentar no campo da Agroecologia, várias questões podem ser correlacionadas. Dentre os cinco eixos anteriormente citados, todos eles podem fazer parte das discussões em Agroecologia. Principalmente nos eixos 3 e 4, enxerga-se com muita clareza a correlação desses temas, traduzindo-se em estudos sobre modelos de agricultura de base ecológica e de valorização de conhecimentos tradicionais para materializá-los. Referencia, ainda, o debate político em torno da agricultura familiar e da agricultura empresarial, indicando a primeira mais viável à adoção de seus princípios. Para Caporal e Costabeber (2003), deve-se começar a investir mais expressivamente na produção de alimentos básicos conforme os costumes regionais, mas com uma agricultura ecológica – compatível com a heterogeneidade dos agroecossistemas, conhecimentos locais e tecnologias menos agressivas aos ambientes naturais. Sob este ponto de vista, a agricultura familiar é mais propícia à produção diversificada de alimentos, considerando-se sua heterogeneidade tanto biológica como sócio-cultural. A maior diversificação agrícola garante uma alimentação igualmente mais diversificada e nutritiva, preserva-se mais a variedade genética, usa-se menos agrotóxicos e mais conhecimentos tradicionais.

A agricultura convencional, por seu turno, traz grande risco de contaminação de alimentos. Segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), cerca de 81% dos alimentos têm resíduos de agrotóxicos, sendo que 22% acima do permitido. É também registrada a presença de resíduos de produtos não autorizados em território nacional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003). Esta busca pela produtividade tem gerado a perda de valores que garantem a justiça ambiental. Hoje, encontra-se no mercado, por ilustração, pouquíssimas variedades de arroz, disseminadas pelo globo. Segundo Whitaker (2008), no sudeste asiático havia milhares de variedades de arroz até trinta, quarenta anos atrás. Tais variedades vêm sendo reduzidas, e controladas por multinacionais, em prol do barateamento da produção dado pela homogeneização dos padrões de cultivo e hábitos alimentares, retirando dos povos esse aspecto peculiar de suas distintas culturas. Para se produzir o arroz que hoje todos comemos, tipo agulhinha, muito agrotóxico tem que ser usado, geralmente herbicidas produzidos pela mesma empresa que produz a semente. Isto reflete diretamente numa dieta menos diversificada e na menor qualidade biológica e nutricional do alimento.

O hábito alimentar do brasileiro demanda a combinação arroz e feijão, considerada indispensável, o que faz com que o país tenha que importar estes alimentos quando não estão disponíveis no mercado interno. A oferta incerta destes dois gêneros alimentícios contrapõe-se a uma extensa produção de

milho e soja para exportação. Assim, um modelo que levasse em conta a soberania alimentar local/regional deixaria os mercados locais e regionais menos dependentes das pulsões de mercado, o que se denomina autonomia produtiva. Neste modelo, a busca por uma dieta mais apropriada à cultura pode ser um caminho viável para uma produção mais sustentável ecologicamente. E, o reordenamento agrário, um mecanismo para viabilizar ambos.

Reforma Agrária: reconstrução espacial e social

Quando “reformada” uma unidade agrária, em que prevalecia uma monocultura numa racionalidade empresarial, para dar lugar a um assentamento rural, está-se pretensamente descartando a lógica do lucro máximo por outra lógica, que mescla a assimilação e acomodação das regras de mercado, contudo, valorizando, simultaneamente, uma temporalidade própria que rege a interação da família com a terra, nas suas dimensões extra-econômicas.

Ocorre, a partir dos assentamentos, uma transformação sócio-espacial, que faz surgir uma nova categoria social – os assentados – e a formação de mosaicos na paisagem, onde um projeto coletivo constitutivo da luta e conquista pela terra não anula as particularidades de cada unidade familiar. Todavia, não raro, o afã de uma fixação exitosa no território obriga o assentamento a articulações com a dinâmica rural macroenvolvente e enreda-o na lógica da monocultura que, em termos históricos e paradoxalmente, foi a mesma que engendrou a desfiliação social de outrora e a necessidade de luta pela terra.

Para entrar para o Programa de Reforma Agrária, pela via legal, obrigatoriamente homens e mulheres têm que apresentar evidências de fortes laços com a terra; por exemplo, ter nascido ou já ter residido em zona rural, trabalhado em lavouras, produzido alimentos, ter ocupado uma terra com o propósito de um projeto de agricultura familiar etc. O tipo de trabalho exercido desde suas origens e trajetórias é decisivo para o ingresso neste universo e futuras tomadas de decisões acerca das estratégias, agrícolas ou não, a serem adotadas para a consecução da subsistência familiar.

Nos assentamentos da região de Araraquara, foi comprovada a experiência anterior das pessoas em atividades agrícolas; mas, em muitos casos, essa experiência já havia sido rompida por um período vivido em áreas urbanas. Os quadros 1 e 2, abaixo, indicam, respectivamente, que houve um momento no qual atividades agrícolas predominavam na trajetória de vida dos assentados, os quais passaram, depois, pela situação de assalariamento em outras atividades. O quadro 2 representa, ainda, o caráter migrante do trabalho desta população, que viveu entre atividades rurais e urbanas por um período imediatamente anterior ao assentamento.

Quadro 1 – Assentados com experiência prévia na agricultura

	Sim	Não	Total
Bela Vista	13 (81,25%)	03 (18,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	38 (84,7%)	07 (15,3%)	45 (100%)

Quadro 2 – Trajetória dos assentados anterior ao assentamento

	Campo	Cidade	Total
Bela Vista	09 (56,25%)	07 (43,75%)	16 (100%)
Monte Alegre	21(46,8%)	24 (53,5%)	45 (100%)

A trajetória anterior ao assentamento, com um tipo de trabalho declarado como agrícola, pode ser entendido por, pelo menos, três formas diferentes: como meeiros ou sitiantes, trabalho na chamada lavoura branca (produção de arroz, feijão, milho, mandioca e outras alimentícias); outra, no assalariamento rural, para as que trabalharam registradas em agroindústrias; e, ainda, no trabalho de contratação temporária, o que implica, nas atividades sazonais onde eram absorvidos, a vivência de desemprego. O trabalho em agroindústrias envolvia, principalmente, o corte de cana e na colheita de laranja. Já na trajetória onde houve busca de trabalho na cidade, constam experiências na construção civil e, no caso das mulheres, o trabalho de faxina em domicílios.

A trajetória das famílias, de modo geral, se revelou marcada pela desterritorialização e pelo assalariamento em condições precárias. Contudo, o modo de vida de sitiantes, principalmente em suas origens, onde nasceram e foram criados como agricultores na lavoura branca, é o recorrente na memória como um referencial identitário:

Possuía alguma experiência com agricultura?

1. Trabalha na terra desde os 7 anos.
2. Nasceu e foi criado na roça.

3. Sim, foi para Londrina-PR quando criança e se criou lá só trabalhando na agricultura. Era meeiro, produzia arroz, feijão, milho etc, junto com a família. Disse que essa categoria foi acabando e que dificilmente encontra hoje fazendas com áreas onde o proprietário queira ceder 30, 40% para famílias meeiras.

4. Sempre trabalhou com roça e no corte de cana-de-açúcar.

5. Seus antepassados já trabalhavam na roça e ela sempre trabalhou nisso também.

6. Os pais já eram agricultores na Bahia, migraram para São Paulo, entraram no programa de reforma agrária e vieram parar em Araraquara.

7. Sim, com hortifrutigranjeiro, cana, feijão, arroz etc.

O que fazia antes de vir para o assentamento?

1. Meeiro de criança até 1990. De 1991 a 1994 foi vigia na Citrosuco. Foi tratorista da empresa Marchezan, fez ensino técnico em contabilidade, ficou desempregado, foi servente de pedreiro.

2. Trabalhava em lavoura de milho e feijão em Minas Gerais. Veio para Sertãozinho e ficou 12 anos trabalhando no corte de cana, depois em firma e como lavadeira de roupa.

3. Trabalhava na agricultura. Esteve em diversos lugares. Mais recente ao assentamento no Paraná, depois veio para Limeira-SP cortar cana e colher laranja.

4. Até os 19 anos plantava café no Paraná como meeiro. Veio para Indaiatuba-SP e trabalhou doze anos em indústria.

5. Estava em Américo Brasiliense há doze anos, oito deles trabalhando na usina Maringá. Fazia de tudo na usina.

6. Sempre trabalhou na roça, em sítio. Trabalhou com carteira registrada apenas quatro anos na usina S. Martín em Guariba.

Existe, entre os assentados de maneira geral, um passado na terra cuja origem são as gerações anteriores da família. O processo de modernização do

campo foi o mote da des-territorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos (ABRAMOVAY, 2005), vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma memória de privação dos meios de produção e exercício de habilidades correspondentes que reflete nas condições físicas do sujeito e sua família.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra e migrações, onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. No assentamento Monte Alegre, quase 70% dos assentados estava no trabalho em colheitas de laranja e de cana (FERRANTE, BERGAMASCO, 1995). Entretanto, antes de trabalhadores volantes, outras categorias sociais foram por eles experimentadas, como, por exemplo, meeiros, colonos ou pequenos proprietários, categorias que tradicionalmente residem em glebas de terra onde produzem seu próprio alimento. Naquilo que os aproxima, volta a ser no assentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos; e o *habitus* de cada família, com o qual ela se vale para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

Ao serem assentadas, as práticas culturais reproduzidas em suas glebas são fortemente marcadas por atividades agrícolas. Segundo os dados da pesquisa, a grande maioria das famílias desenvolve atividades agrícolas, sendo que uma parte razoável delas também desenvolve atividades não agrícolas. Houve apenas um caso de família que declarou não possuir atividade agrícola.

Embora tenha sido identificada a pluriatividade das famílias em atividades como agente de saúde, pedreiro, motorista, tratorista, doméstica, padaria, processamento de frutas (doces) e derivados de leite, dentre outras desenvolvidas fora e mesmo no interior dos assentamentos, predomina a agricultura como única atividade para a grande maioria das famílias, conforme o quadro 3.

Quadro 3 – Atividade desenvolvida pela família.

	Agrícola	Não agrícola	Agrícola e não agrícola	Total
Bela Vista	13 (81%)		03 (19%)	100
Monte Alegre	28 (62%)	01 (3%)	16 (35%)	100

Qual (is) atividade (s) desenvolvida (s) pela família?

1. Família toda trabalha com agricultura. A filha é agente de saúde.
2. Filho de 31 anos trabalha em Ribeirão Preto como pedreiro e fica em casa aos finais de semana, quando ajuda na roça. Filha trabalha como “dama de companhia” de uma idosa em Motuca. No lote, o pai e o filho de 29 anos cuidam de lavoura de autoconsumo e têm cana. As respectivas esposas cuidam das casas. Trabalham na colheita de laranja quando há serviço.
3. Atividades agrícolas.
4. Agrícola. Ele faz alguns bicos no assentamento como pedreiro.
5. Atualmente só agricultura de autoconsumo. Filhos trabalham nas colheitas de laranja.
6. Trabalho no sindicato dos trabalhadores rurais de Motuca, uma filha é enfermeira e o genro trabalha na roça.
7. Os homens trabalham na Paris Tintas em Matão (pintores) e as mulheres trabalham no lote e cuidam das crianças.
8. Trabalha em sua roça e corta cana no assentamento.
9. Atividades ligadas à produção de leite e laticínios e plantação de milho.
10. Filhas trabalham nos serviços de casa e na manutenção do lote de moradia (agrovila), o genro e a esposa trabalham de safrististas (corte de cana ou colheita de laranja).

O retorno da família à terra, como assentada rural, é uma situação na qual o habitus ligados à prática agrícola pode ser resgatado e reaplicado pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal. As práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, prioritariamente desenvolvessem atividades agrícolas.

A ruptura com a terra não quebrou por completo o valor dessas raízes culturais e existenciais. A organização e mobilização pelo retorno a terra foi um indicador do anseio por restabelecer conexões com a vida pregressa em que havia o trabalho autônomo na terra, com as lições aprendidas da destituição, que servem para ampliar o valor que o lote tem para o futuro da família. Porém, “não se pode dizer que o querer a terra reproduz linearmente um movimento de volta ao campo. Trata-se de um movimento específico, marcado pela convivência de elementos característicos, no qual a relação terra e trabalho não assume uma única configuração” (FERRANTE, 1994, p. 75). Cada assentado tem uma experiência singular de vida, o que se traduz em uma forma particular de entender e decidir que deve produzir no lote visando o bem-estar da família e o seu papel na vida comunitária.

Portanto, entende-se que a análise desta nova categoria sociológica perpassa noções como: a *origem social*, marcada pela história que radica no meio rural; a *ruptura* com a terra, que significa muito mais do que elos materiais, pois são também culturais e simbólicos; as trajetórias, que passam pelo assalariamento e pela precarização do trabalho, pela luta por terra, mas segue também na análise das especificidades de um projeto familiar. Há, ainda, a considerar, a *totalidade* do contexto, de forma a historicizar a *realidade* enfrentada pelas famílias (SILVA, LIMA, 1989). A totalidade envolve um conjunto de fatores que levam suas vidas, agora na condição de assentadas, a se diferenciarem da vivida anteriormente, como sítiantes, por exemplo. Noção que comporta uma compreensão dialética por não ser algo pronto, muito menos igual ao passado como agricultora, mas possível dentro da atual realidade regional.

Neste contexto de reterritorialização, cada família traz para seu lote experiências subjetivas únicas, mesmo que objetivamente sejam passíveis de experiências semelhantes, desde o passado como agricultora à luta pela terra. Cada uma carrega consigo conhecimentos e práticas apreendidas na sucessão familiar e em sua trajetória, fatores que animam as especificidades das atividades agrícolas que são por elas desenvolvidas. Por isso, tratamos o assentamento como um objeto que pressupõem as singularidades (FERRANTE, 1994).

Produção do Autoconsumo e Dimensões da Sociabilidade em Torno dos Alimentos

Ao chegar para habitar em um lote agrícola, uma das primeiras coisas

que as famílias fazem é plantar pés de frutas, hortaliças e grãos que servirão de alimento a elas. Produzir o autoconsumo é uma atividade que está presente em parte significativa dos lotes do assentamento Monte Alegre, como também de outros assentamentos (NORDER, 1998; WHITAKER, FIAMENGUE, 2000; SANTOS, FERRANTE, 2003; FERRANTE, 2007).

A produção de alimentos para abastecimento próprio em unidades familiares é um fator quase inerente à vida no campo, o que é um dos aspectos que inspirou Candido (1979) a compreender a tessitura das dimensões econômicas e extra-econômicas do modo de vida caipira, como a associação da sua lavoura e seus hábitos alimentares.

Nos assentamentos de Araraquara, se destaca a produção de frutas, grãos, mandioca e hortaliças. Ainda que estas sejam produzidas como excedente, a família que as produz também faz dessas culturas o uso alimentar.

Os pés de frutas são as produções mais encontradas nos lotes, geralmente diversificadas e consorciadas entre si nos lotes de moradia. Em alguns lotes, não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em outros, a finalidade de comercialização prepondera, por exemplo, entre aqueles que fizeram uso de financiamento para plantar, principalmente manga, abacaxi, maracujá, mamão ou outras. Principalmente no primeiro caso, além da satisfação alimentar, há outros valores subjacentes à escolha pelo plantio de frutas, tais como a presença de pássaros e o sombreamento ao redor da casa.

Em segundo lugar, estão os cereais. Os principais cereais servem, igualmente, para o autoconsumo (milho e arroz), sendo que, para o milho, sempre houve incentivos de financiamento e encontra-se a possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango (empresa localizada no município de São Carlos-SP). Ele tem maior durabilidade quando não colhido, pois pode ser vendido verde ou seco. Em terceiro lugar, foi identificada na pesquisa a presença de cultivos, dentre as quais destaca-se a mandioca pelos mesmos motivos do milho: serve para o autoconsumo, encontra-se financiamento, há a venda direta para farinheiras, tem maior durabilidade sem ser colhida e ambos são enraizados na dieta da população. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para produção e comercialização.

As hortaliças estão em quarto lugar. Para a maioria das famílias que as plantam, são destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente em programas municipais, em cidades próximas e mesmo no comércio interno, seguindo o exemplo das frutas. Estas quatro primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), além de alimentar os mercados locais, fazem parte de uma rede de trocas e doações que será discutida posteriormente.

Quanto à cana, há uma estimativa de que ela seja, hoje, a cultura que mais ocupa espaço nos lotes dos assentamentos. O que leva ao plantio da cana

é a produção facilitada pelas usinas e o retorno financeiro, além da falta de alternativas que garantam renda equivalente. Alguns assentados têm a perspectiva de continuar com a parceria da cana, inclusive ampliando a área em que ela pode ser plantada, atualmente, fixada em no máximo 50% do lote. Consideram que a produção é a única capaz de lhes dar uma renda satisfatória e tirar-lhes do quadro de pobreza que se encontram. Mesmo com a estimativa de que em, 280 lotes, haja cana para fins agroindustriais, há indícios de que na outra metade do lote a diversificação continua se fazendo presente, deixando a produção de alimentos como as mais frequentes no conjunto dos lotes familiares.

Quadro 4 – Produção nos lotes.

	Bela Vista	Monte Alegre	Total Médio em %
Hortaliças	07 (43,75%)	23 (51,6%)	49%
Cereais (milho, arroz)	14 (87,5%)	24 (53,28%)	62%
Feijões	04 (25%)	13 (28,86%)	28%
Mandioca e café	08 (50%)	27 (59,94%)	57%
Frutas	10 (62,5%)	32 (71,04%)	69%
Cana	10 (62,5%)	19 (42,18%)	47%
Pastagem	02 (12,5%)	24 (53,28%)	43%
Outros	02 (12,5%)	04 (8,88%)	10%

Segundo a pesquisa de Santos e Ferrante (2003, p.100), atribui-se à produção de autoconsumo o equivalente a 58% do valor gasto mensalmente em supermercados com a alimentação da família em alguns assentamentos paulistas. Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que “a média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total.” (1998, p.46).

O quadro 5, abaixo, vem seguido das respostas das famílias à questão do que produzem para autoconsumo alimentar, oferecendo um panorama do que pode ser auto-produzido num lote familiar e de como há consideráveis diferenças em cada caso.

Quadro 5 – Produção destinada à família.

	Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada
Bela Vista	04 (25%)	07 (43,75%)	03 (18,75%)	02 (12,5%)
Monte Alegre	22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	

Do que produz, o que é destinado para o consumo da família?

1. Leite, faz queijo, ovos, todas as frutas, hortaliças e cereais.
2. Com o leite fazem requeijão, manteiga, queijo, doce (com as frutas também), ovos de galinhas e patas, carne de galinha e porco, todos os cereais, hortaliças e frutas do lote.
3. Milho faz fubá. O resto: tudo eles comem, primeiro enche a barriga e depois vende o excedente.
4. Milho, mandioca, feijão. Frutas e hortaliças o genro fornece.
5. Café, mandioca e frutas.
6. Café, laranja, mexerica ponkan, mandioca. O vizinho tem frango, feijão, vaca, porco etc.

7. Tudo, menos a cana.
8. Nada, fazem compra de mês no supermercado em Motuca.
9. Café, leite, arroz e milho.
10. Quiabo, abóbora e outras poucas coisas da horta.

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), os assentamentos são lugares heterogêneos. Isto é, são lugares onde ocorre inerentemente a diversificação agrícola em consequência da diversidade cultural, o que se deve em grande medida pelo fato do homem voltar a ser do campo e o campo voltar a ser rural, ao invés de agrícola, pois volta a ser local também de moradia e não apenas local de produção intensiva (DUVAL, 2005).

A construção deste espaço heterogêneo se relaciona, em grande medida, com a idéia de Santos (1998, p.39), para quem “por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade”. Assim é que os gostos e preferências alimentares da família, seu cotidiano no lugar e aprendizado sobre seu agroecossistema, sua técnica criativa que se adapta às mudanças tecnológicas, às condições do clima e do solo e a necessidade de se alimentar são alguns fatores endógenos a cada estabelecimento familiar que vão fazer do espaço agrícola, principalmente aquele dedicado à produção de autoconsumo, o que ele é. Este tipo de produção, por sua vez, pode ser um pouco mais livre da “materialidade”, ou seja, mais independente da inserção no sistema capitalista. Isso porque não são apenas por motivos materiais, mas também simbólicos e sociais, que esta produção esteja lá.

Os alimentos indicam o que a família gosta e é capaz de produzir para seu consumo, levando-se em conta uma dinâmica de conhecimentos e recursos próprios, que se transformam, com técnicas da modernidade e em função da realidade por elas enfrentada. O lote agrícola é um espaço que absorve o conhecimento e a prática de famílias, agora refeitas e identificadas numa nova categoria social, mas que, possivelmente, vão demonstrar sua herança cultural “com a força do que é criado de dentro e resiste” (SANTOS, 1998, p.37), nas partes deste lote onde são plantados alimentos para o abastecimento familiar.

É digno de registro que, no dia 27 de fevereiro de 2008, foi feita uma visita a um assentado no núcleo VI da fazenda Monte Alegre, que não planta a maior parte do que consome. No entanto, há um pequeno espaço dedicado principalmente à produção de hortaliças e ervas medicinais para autoconsumo

familiar. Este espaço é cercado por um tipo de alambrado no qual a família planta duas espécies de feijão, que permanecem como trepadeiras nesta “grade” e servem de barreira ao vento. Enquanto estávamos lá, em visita ao lote, o chefe da família, para nos mostrar os feijões, pegou as vagens das duas variedades e retirou os grãos. Sobre uma delas, nos falou que era uma variedade que seu pai costumava produzir e que um irmão seu passou a guardar as sementes para poderem plantar. Foi assim que, em sua origem e trajetória, este assentado sempre se alimentou daquele feijão, um grão largo e achatado, todo rajado, que dificilmente é encontrado em mercados. Sem que fosse pedido, ele me deu um punhado de grãos das duas variedades e disse que é só plantá-los direto na terra, ou seja, a reprodução cultural foi um gesto natural dele.

A partir de experiências como esta, é que se pode afirmar que as práticas de autoconsumo não são representadas pelos assentados apenas sob o viés econômico. Estas se constituem numa dimensão de sociabilidade em que se busca fortalecer a coesão entre o passado e o presente, na subjetividade dos entes da família e a coesão entre as famílias. Ou seja, “ganham relevância dimensões simbólicas para além das abordagens economicistas que afirmam que no estágio atual do desenvolvimento capitalista há uma inevitável compulsão para mercantilizar a totalidade da produção” (FERRANTE, QUEDA, 2003, p.16). O autoconsumo está, assim para além das abordagens que possam reduzir a experiência de assentamento a um indicador de sucesso/fracasso em razão de sua integração às economias regionais.

Em grande parte dos lotes que visitamos, foi possível fazer um considerável registro das plantas e criações voltadas ao autoconsumo. Além daquilo que é comercializado ou consumido in natura, há outras utilizações para autoconsumo: as frutas viram doces, servem para alimentar criações ou simplesmente serem deixadas nos pés para os pássaros se alimentarem. Com a mandioca, se faz farinha e estoca-se, cozinha-se para alimentar os porcos; o milho pode ser seco, feito fubá, alimentar galinhas. E há a prática de doação entre famílias, sobretudo para aquelas que pareçam mais necessitadas. Essa relação solidária é muito importante.

Para exemplificar, dois casos observados de núcleos familiares com pouca garantia alimentar e nutricional nos assentamentos foram: o de famílias que apenas os idosos ficaram no lote, não tendo condições de saúde para produzir e recebendo poucos benefícios de aposentadoria; outras famílias possuindo apenas casa na agrovila e não desenvolviam atividades agrícolas, têm uma prole extensa. Ambos são perfis de núcleos familiares que podem sofrer de escassez de alimentos mesmo em um assentamento rural.

As famílias que porventura se encontrem na situação de não ter garantido o acesso a uma alimentação mínima, dependem, mais imediatamente, das relações de vizinhança, ou de seus familiares e amigos, para auxílio de

subsistência. No assentamento, isso ocorre em troca de serviços na terra ou em outras atividades ou mesmo por relações solidárias de doações. Pelo fato de a maioria das famílias já ter vivenciado períodos de privação dos meios produtivos e, não raro, circunstância de fome, é provável que a experiência de escassez e privação testemunhada na vizinhança incite ainda mais a compaixão e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo um habitus contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas também percebemos ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

No quadro a seguir, podemos observar um grande número de respostas indicando a existência de trocas de serviços entre famílias:

Quadro 6 – Trocas de alimentos e serviços nos assentamentos.

	Sim	Não
Bela Vista	11(68,75%)	05(31,25%)
Monte Alegre	28(62,45%)	17(37,9%)

Ocorrem trocas de alimentos ou de serviços entre as famílias?

1. Sim, alimentos e serviços.
2. Sim, principalmente doações a famílias mais carentes.
3. Sim, vale a mistura e pode garantir vários meses. Citou exemplo de um vizinho que matou um porco e trouxe vários quilos de banha pra fazer torresmo, pra usar na cozinha. Troca de serviços entre familiares, mutirões. Quando eu estava lá veio um vizinho emprestar ferramentas e válvulas de pneus.
4. Só com vizinhos amigos. Dá para trocar coisas que você não planta e outro planta, diversificando mais o cardápio.

5. Apenas serviços. Falou que não há troca de alimentos por parte dele.
6. Para eles não, mas sempre ajudam os mais carentes.
7. Não, somente entre os núcleos da casa.
8. Trocam serviço por alimento verde.
9. Não.
10. Sim, troca e/ou empresta. Os vizinhos se conhecem desde os tempos que ficaram acampados, todos juntos, são muito amigos e podem contar um com o outro.
11. Não.

Autoconsumo: reprodução social e princípios agroecológicos

Em famílias cujo passado foi na agricultura – quando moravam e trabalhavam no meio rural – muitas das produções dos lotes foram trazidas de outras épocas vividas e do espaço onde tiveram contato com conhecimentos e aprendizados agrícolas familiares ou não. Os filhos que nasceram no assentamento aprendem práticas que seus ancestrais já tinham, perpetuando, através do autoconsumo, sua cultura tradicional. Num lote visitado recentemente, em outro exemplo retirado a partir da cultura do feijão, uma assentada declarou que o feijão plantado e consumido por sua família provém de um acampamento, onde ela conheceu essa variedade de feijão, gostou e passou a guardar sempre suas sementes para (re)produzi-lo – momento no qual seu filho passou a adquirir, por meio da aprendizagem, este hábito. Em outra visita, conhecemos um casal que vive na companhia de dois dos seus netos que, quando não estão na escola, declararam ajudar o avô nas atividades agrícolas do lote. É muito comum que logo cedo as crianças comecem a ajudar em pequenas tarefas agrícolas, junto aos mais velhos.

Este aspecto cultural não fica adstrito a cada família; pelo contrário, as relações de vizinhança, amizade, religiosas ou o simples contato entre famílias com origens e trajetórias diferentes intensificam as trocas relativo a esses aspectos da produção. No núcleo VI do assentamento Monte Alegre, por exemplo, vizinhos trocaram mudas de árvore por outra de cacto e cada qual explicou sua utilização: no caso do cacto (conhecido como palma), usado pelo assentado de origem nordestina, serve para a engorda do gado, enquanto

o arbusto (barbatimão), sua casca é usada como um medicamento para fechar feridas, dentre outras coisas. Cada qual passou a cultivar mais uma espécie vegetal que possui uma nova função em seu lote. Exemplos como este, de trocas de plantas e também de conhecimentos, são frequentes entre parceiros, assentados (as) que se dão bem no convívio comunitário.

Relacionado ao aspecto cultural, o desdobramento de tais práticas leva a uma maior diversificação nos lotes, o que estimula o aumento da biodiversidade em cada um deles. Segundo Whitaker (2006), os mosaicos formados com o advento dos assentamentos são a expressão de heterogeneidade do espaço, sendo que a construção deste espaço heterogêneo comporta uma rica diversidade cultural, relacionando-se posteriormente com o aumento da biodiversidade nos lotes (sendo cada lote um pedaço do mosaico). Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que antes de serem assentamentos eram monoculturas. A própria fazenda Monte Alegre, antes de assentamento, foi um espaço de monocultura de eucalipto, na qual utilizava-se intensivamente produtos agressivos ao solo e tinha sua paisagem homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

Caporal e Costabeber alertam que “a agricultura de base familiar é mais apropriada para o estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, tanto pelas características de mais ocupação de mão-de-obra e diversidade de culturas (...) quanto pela sua maior capacidade de proceder ao redesenho do agroecossistema” (2003, p.141).

Pode-se afirmar a existência de uma agricultura sustentável quando são contemplados princípios agroecológicos, como a menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente; uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo; intenção de beneficiar a propriedade como um todo, e não a um produto específico; aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional; dentre outras (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.142).

Cabe ressaltar, que é possível que as atividades agrícolas no assentamento causam – ainda como as monoculturas em grande escala - impactos negativos para o ambiente. O mau uso da água em sistemas de irrigação e pastagem em áreas ciliares são encontradas nos lotes com frequência, assim como o uso de insumos químicos. Pode-se afirmar, ao menos, que a maior diversidade cultural relaciona-se com a maior biodiversidade e que a atividade agrícola que busca ser a de menor custo quanto possível, pelo nível de capitalização

que os assentados se encontram, é poupador e menos dependente de insumos industriais (químicos, mecânicos e genéticos). Exemplos disso são as inúmeras estratégias postas em prática pelos assentados de fertilizar o solo com recursos próprios, o uso de implementos de tração animal e a prática de selecionar sementes para futuras safras.

A maior parte de toda a biomassa gerada no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é ou deixada sobre o solo, ou utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se neste caso as cinzas. Quando esta biomassa tem valor energético e/ou nutricional para criações, ela vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens juntamente com a biomassa e a cinza.

Como exemplo da reciclagem de nutrientes, toma-se os dados referentes ao destino da matéria orgânica somado à existência de criações no lote. Os quadros 7 e 8, a seguir, indicam que tanto a biomassa gerada, como os dejetos animais, são utilizados nas atividades agrícolas. Em relação à biomassa, há famílias que fazem compostagem com os restos de material orgânico, outras apenas as incorporam ao solo. Dizem que os benefícios são muitos, desde a nutrição das plantas (dispensando insumos externos) à formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outra resposta freqüente é a queima deste material que, além de se relacionar com um excesso de material orgânico, segue o hábito da queima do lixo.

Quadro 7 – Destino da matéria orgânica.

	Bela Vista	Monte Alegre
Com o resto do lixo	03 (18,75%)	05 (11,15%)
Queimado	04 (25%)	14 (31,2%)
Aproveitado	09 (56,25%)	29 (64,7%)
Enterrado	01 (6,25%)	02 (4,45%)

Por outro lado, a presença de criações evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Sempre ocorrem casos de reaproveitamento dos esterco dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais em grande parte provém do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos (para o gado), milho e outros cereais (para galinhas) e o excedente de legumes e frutas (destinado mais aos porcos). Estas são as três criações mais presentes e que, em sua grande maioria, servem prioritariamente ao autoconsumo das famílias. Além disto, comprovando a multifuncionalidade nos lotes dos

assentamentos, os animais representam também uma verba “reservada” para gastos maiores quando necessários. Vários assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

Quadro 8 – Presença de criações.

	Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
Bela Vista	02 (12,5%)	01 (6,25%)	05 (31,25%)	02 (12,5%)	10 (62,5%)
Monte alegre	24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

A maior presença de criações no assentamento Monte Alegre pode estar relacionada ao número bem maior de famílias que moram nos lotes de produção ou têm casas lá, onde moram os filhos casados. Já no Bela Vista, a grande maioria mora no lote de moradia (agrovila). As criações demandam que as pessoas estejam por perto, pelo fato de que muitos roubos de animais têm ocorrido. Portanto, o fato de morar no lote de produção pode ajudar a explicar por que, no Monte Alegre, os agricultores têm mais criações.

Conclusões

Segundo Gliessman, as inovações tecnológicas ocorridas principalmente a partir da metade do séc. XX possibilitaram um significativo aumento na produtividade de alimentos, maior mesmo que a taxa de crescimento populacional, o que sugeria a garantia alimentar da população global. No entanto, “as técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumento na produtividade também minaram suas bases” (2005, p.33), ou seja, degradaram ostensivamente os recursos naturais, impossibilitando a continuidade da produção em longo prazo. Por isso, se faz necessária a agricultura sustentável no lugar dos pacotes tecnológicos onerosos ao meio ambiente. De outro modo, a própria oferta de alimentos pode ser diminuída em função do desgaste dos recursos naturais.

A oferta de alimentos já vem sofrendo grandes variações por ocasião de perder espaço agrícola para o cultivo de energia renovável. Recentemente, foi sentido, em todo o Brasil, o aumento nos preços de alimentos básicos, como o arroz e o feijão. Nos espaços dos assentamentos rurais isso também vem

ocorrendo, como conseqüência de sua integração às cadeias agroindustriais. Isto vem sendo encarado como uma das melhores formas de desenvolvimento aos assentamentos, sob o viés estrito da acumulação. Mas, em termos da segurança alimentar e soberania alimentar, tanto eles como os municípios perdem. Sendo um local de produção que também é de moradia, o modelo agrícola convencional das agroindústrias pode trazer outros riscos que não apenas o alimentar, mas o risco de contaminação dos agricultores e suas famílias, além de tirar-lhes sua autonomia produtiva.

No Brasil, a falta de acesso aos alimentos é o principal problema da segurança alimentar. Porém, na medida que a produção de alimentos perde espaço, em benefício da produção de grãos e de energia renovável, também coloca-se o risco de não haver alimentos disponíveis e conseqüente elevação de preços. Para não incorrer nestes riscos, acredita-se que o sistema agroalimentar brasileiro deva buscar autonomia e estabilidade, de forma a não depender de importações de produtos básicos e não sofrer grandes flutuações na oferta e na demanda por alimentos. Isto pode ser pensado sobre um modelo de desenvolvimento rural que não exclui a produção de alimentos nas pequenas propriedades, mas que também não conta exclusivamente com este modo de produção.

O fortalecimento de um sistema sustentável de produção de alimentos leva em conta a produção em propriedades desde grandes a pequenas. No entanto, pelo histórico da posse da terra no Brasil, e considerando a necessidade da busca pela equidade como um dos objetivos da segurança alimentar, a reforma agrária se faz necessária. Isto por que é um mecanismo de reajustamento social, no qual o acesso a terra prevê um equilíbrio daqueles produtores que integram o sistema agroalimentar. O direito pela terra também deve figurar como um daqueles direitos fundamentais na sociedade por que através dele podem ser alcançados outros, em especial o direito de se alimentar. Pelo fortalecimento desta categoria de produtores rurais, pode ser aumentada a produção de alimentos numa certa localidade, a partir daquilo que é produzido pelas famílias assentadas para seu autoconsumo alimentar.

Conforme pudemos observar, o caso do assentamento Monte Alegre demonstrou uma produção do autoconsumo realizada a partir de um conjunto de conhecimentos próprios, advindos do habitus de cada família, sendo escolhidos aqueles alimentos que satisfaziam as necessidades alimentares conforme a preferência familiar e seu universo cultural. É inerentemente diversificada. Os alimentos plantados para autoconsumo alimentar exercem um importante papel na sociabilidade e na reprodução social no interior deste assentamento, respectivamente, através das trocas e doações de alimentos entre famílias e por que há uma transmissão de conhecimentos da cultura tradicional dos mais velhos para os mais novos. Quanto mais alimento plantado no assentamento,

maiores as chances de que toda a demanda alimentar do mesmo seja suprida internamente e, a depender de vontade política, tal produção pode também suprir em boa medida a demanda municipal. Ao chegar na cidade, os alimentos encontram um mercado que é formado por pessoas e instituições que fazem uma escolha mais solidária, por diferentes razões, que acabam consumindo produtos regionalizados e produzidos localmente.

A agricultura praticada para a produção de autoconsumo em muitos lotes pode ser considerada, em muitos aspectos, sustentável. Na maioria dos lotes os agricultores se utilizam dos restos vegetais como adubos, têm plantações cercadas por outras plantas que servem de quebra-vento, alimentam suas criações com rações elaboradas no próprio espaço agrícola, utilizam os dejetos animais em compostagens, fazem consorciamento de diversas culturas, além do que têm um interessante manejo do mato, aproveitando suas funções ecológicas como para atrair pragas e melhorar a qualidade do solo¹⁰.

As práticas de autoconsumo são bem freqüentes e podem figurar como importantes estratégias de reprodução social das famílias assentadas, para além da atribuição estritamente econômica. No espaço dedicado à produção de autoconsumo não há interesse num cultivo em particular, mas num conjunto de produtos que abastece a família. Muitas vezes, o agricultor não se importa em vender o que dá em seus pés de fruta, pois de qualquer forma, tem consciência de que os frutos serão reaproveitados ou para trocas/doações com os demais assentados ou nas próprias atividades agropecuárias ou estará alimentando a fauna silvestre local e mesmo a microvida do solo. Portanto, a partir do autoconsumo podem ser apreciados princípios e práticas agroecológicas e de segurança alimentar.

Referências

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P.M. (Org.) **Economia Brasileira**. Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: Editora CAVC, 2005, p.355-375.

¹⁰ Segundo nos falam alguns assentados, nos espaços de produção do autoconsumo não é jogado mata-mato, pois o “mato” é usado para atrair pragas, livrando os alimentos dos seus ataques. Por ser uma planta espontânea, é extremamente adaptada ao local e funciona como um adubo verde. Num certo momento, para que não haja competição com os alimentos plantados próximos por nutrientes presentes no solo, o mato é roçado manualmente e deixado sobre o solo, alimentando assim a microvida existente no solo, protegendo-o do sol excessivo, segurando umidade e aumentando a quantidade de matéria orgânica.

ALMEIDA, L.M.C. de; FERRANTE, V.L.S.B.; PAULILLO, L.F. Redes alternativas de proteção social no território citrícola paulista: a implementação de política de segurança alimentar na merenda escolar no município de Bebedouro-SP como instrumento de desenvolvimento local. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFMG, 31 de maio a 03 de junho de 2005, Belo Horizonte. In: **Anais...**, Belo Horizonte, 2005. CD-ROM.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

BARONE, L.A. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, Nupedor/Unesp, n.7, 1999, p.103-123.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, jul/dez, 2003.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.1, 1994, p.75-148.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003, p.15-20.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. A. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Uniara, n.9, 2004, p.131-146.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Disputa por Assentamento deixa 14 Feridos no Interior de São Paulo**. Ex-ocupantes de lotes em Araraquara expulsam assentados regularizados. Folha Brasil, São Paulo, 01 de janeiro de 2008.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

KURANAGA, A.A.; ALMEIDA, L.M.C. de; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa Direto do Campo do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, 37, n.11, novembro de 2007.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, v.6, p.40-58, 1998.

PESSANHA, L.D.R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R. ; COSTA, L. (Orgs.) **Mundo Rural e Cultura**. São Paulo: Mauad, 2002, p.263-283.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B.(Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SILVA, M.A. de M.; LIMA, G. Assentados/cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos assentamentos de Silvânia e Tamoio. 41ª Reunião da SBPC, 1989, Fortaleza. In: **Anais...**, Fortaleza, 1989.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de Reforma Agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, n.8, 2000, p.19-32.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Soberania Alimentar e Assentamentos de Reforma Agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008. (no prelo)

DIRETO NO CAMPO: UMA PARCERIA BEM SUCEDIDA ENTRE ASSENTADOS E O PODER LOCAL

Alcir Antonio Kuranaga¹

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³

Resumo: O trabalho apresenta um caso concreto de formação de uma rede de capital social em torno da temática da segurança alimentar local. Toma como princípio que a segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, de forma a abarcar não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores. Este trabalho mostra que num município paulista desenvolve-se um programa de segurança alimentar nessa amplitude, com a comercialização de produtos agrícolas em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do cinturão citrícola paulista mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Segurança Alimentar; Varejões Populares; Capital Social

Introdução

Os objetivos deste trabalho foram articulados ao percurso de análise das redes de agricultores familiares nos contextos regional e/ou local sendo que o objeto de nossa reflexão se reporta a uma temática de investigação bastante

¹ Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, ProAd/UFSCar.

² Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

³ Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.